

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

■ A modificação da base de cálculo do adicional de periculosidade da totalidade de rendimentos para apenas o salário-base para o celetista não é válida, por implicar redução salarial e alteração contratual abusiva. (SBDI-I, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, julgado em 27/4/2023) [**TST-E-ARR-10821-53.2016.5.15.0004**](#)

■ Acolhe-se pedido em ação rescisória para reconhecer que não é válida a citação de emissora de TV realizada durante a cobertura de evento esportivo, fora das suas dependências. (SBDI-II, red. p/ acórdão Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, julgado em 25/4/2023) [**TST-ROT-5933-87.2015.5.15.0000**](#)

■ Pedido em mandado de segurança deferido para a reintegração ao emprego e reestabelecimento do plano de saúde do empregado com neoplasia maligna (leucemia linfocítica crônica), cuja dispensa que se presume discriminatória na forma da S. 443, do TST. (SBDI-II, rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, julgado em 18/4/2023) [**TST-ROT-63-30.2021.5.05.0000**](#)

■ Acolhe-se pedido de ação rescisória, em razão do indeferimento de sustentação oral pelo advogado presente na sessão de julgamento no tribunal, desatendendo previsão do regimento interno de inscrição até o dia anterior, com determinação do envio de

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [**Informativo TST 271**](#)

ofício à Corregedoria Geral da JT. (SBDI-II, rel. Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 18/4/2023) [TST-RO-308-95.2011.5.12.0000](#)

■ Vínculo de emprego de motorista do aplicativo *UBER* inexistente, já que, dentre outros inúmeros fundamentos, a empresa apenas oferece tecnologia para o transporte de pessoas/produtos por meio de uma interface entre o prestador do serviço e o usuário-cliente. (1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 19/4/2023)

[TST-RR-271-74.2022.5.13.0026](#)

■ Mesmo antes do julgamento da ADI 1717-6 pelo STF é necessária a aprovação em concurso público para admissão de funcionários dos conselhos de fiscalização profissional, razão pela qual é nulo o contrato de trabalho celebrado entre as partes nos termos da S. 363, do C. TST. (1ª Turma, rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, julgado em 19/4/2023) [TST-RRAg-394-13.2011.5.01.0052](#)

■ Nos termos do Tema 1046, do STF, se não há licença prévia da autoridade competente, é nula norma coletiva prevendo turno ininterrupto de revezamento em escala 4X4 em atividade insalubre, sendo devidas as horas extras decorrentes. (3ª Turma, rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, julgado em 18/4/2023)

[TST-Ag-RRAg-721-23.2018.5.17.0001](#)

■ Nos termos do Tema 1046, não é válida norma coletiva que fixa a insalubridade em grau médio para a atividade de limpeza em local público que é insalubre em grau máximo. (3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 18/4/2023)

[TST-RR-401-40.2020.5.12.0001](#)

■ É objetiva a responsabilidade do empregador de frentista de posto de gasolina atropelado por veículo de terceiro. (3ª Turma, rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, julgado em 26/4/2023) [TST-RR-10495-51.2021.5.15.0026](#)

■ Nos termos do Tema 1046, do STF, é válida norma coletiva que permite a supressão progressiva de anuênio. (5ª Turma, rel. Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 26/4/2023) [TST-RR-1291-62.2018.5.10.0014](#)

■ No caso de falência ou recuperação judicial, é da competência da JT julgar pedido de desconsideração da pessoa jurídica e redirecionamento da execução contra demais empresas do mesmo grupo empresarial porque o seus patrimônios não se confundem. (7ª Turma, rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, julgado em 19/4/2023)

TST-RR-192600-41.2002.5.02.0020

■ Mesmo antes da Reforma Trabalhista e da vigência do art. 11, §3º, da CLT, o protesto judicial implica interrupção da prescrição. (7ª Turma, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 19/4/2023) **TST-RRAg-20184-66.2019.5.04.0812**

■ A parcela de alimentação percebida com natureza salarial antes da Reforma Trabalhista incorpora-se ao contrato de trabalho e é devida integralmente após. (7ª Turma, rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, julgado em 19/4/2023)

TST-RR-10822-78.2019.5.15.0086

■ Não é válida a dispensa de professora universitária da PUC/PR que, em razão do seu regimento interno, não foi precedida de deliberação por órgão colegiado. (7ª Turma, rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, julgado em 19/4/2023)

TST-RR-764600-87.2006.5.09.0006

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente da Comissão
Gestora do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo